

A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DE EVENTOS TURÍSTICOS: ANÁLISE DA FEIRA NACIONAL DO DOCE (FENADOCE) EM PELOTAS/RS

Resumo: O presente estudo tem como objeto de análise a Feira Nacional do Doce (Fenadoce), a qual é considerada um dos maiores eventos já consolidados no município de Pelotas. Sabe-se que eventos como este causam diversos impactos tanto na vida cotidiana de seus moradores, pela chegada de visitantes, como também ao meio ambiente. Diante disso, a pesquisa tem como foco principal atender o seguinte questionamento: *Quais práticas ambientais são contempladas no planejamento da Fenadoce? A partir disto, tem-se como objetivo geral analisar a consideração da dimensão ambiental no planejamento da Fenadoce, no ano de 2014. Em termos de metodologia, partiu-se para a realização de um questionário aplicado a membros da organização da Fenadoce, com perguntas referentes a resíduos sólidos e à educação ambiental. Com base nos resultados pode-se verificar que no planejamento da Feira algumas ações foram determinadas no que diz respeito aos resíduos sólidos, porém, no que refere-se à adoção de práticas de educação ambiental, a Feira ainda carece de tais ações. Diante disso, observou-se a necessidade de uma melhor abordagem da temática ambiental no planejamento deste evento, visto que somente através de comportamentos ambientalmente responsáveis é que a sustentabilidade do meio ambiente pode ser garantida para as futuras gerações.*

Palavras-chave: Turismo, Planejamento, Eventos turísticos, Educação ambiental, Resíduos sólidos.

Abstract: *This paper has as an object of study the Feira Nacional do Doce (Fenadoce) which is considered one of the greatest events in the city of Pelotas. These events may cause many impacts both on everyday life and the environment. According to this the study seeks to answer the following question: What environmental practices are taken into consideration in the planning of Fenadoce? The aim is to analyze the consideration of the environmental dimension in the planning of Fenadoce. In terms of methodology, a questionnaire was applied to members of the Fenadoce organizing committee, with questions related to solid waste and environmental education. The results show that some actions in terms of solid waste were planned, however, the event still lacks of such actions related to environmental education. For this reason, it is necessary a better approach of the environmental topic in the planning process of this event, as only through responsible environmental behavior is that the sustainability of the environment may be guaranteed for future generations.*

Keywords: Tourism, Planning, Tourist events, Environmental education, Solid waste.

1. INTRODUÇÃO

A Feira Nacional do Doce (Fenadoce) é realizada no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, desde o ano de 1986 e foi estabelecida pelo Poder Público do município em conjunto com outras entidades. No ano de 1995, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Pelotas assumiu a coordenação do evento. Suas primeiras edições ocorriam a cada dois anos e sem um local definitivo. Somente a partir do ano de 1988 que a Feira passou a ser executada anualmente, além de obter endereçamento fixo, o Centro de Eventos Fenadoce, o qual está localizado no trevo principal de entrada do município (FENADOCE, 2014).

De acordo com relatos de Magalhães (2002):

Pelotas tornou-se célebre no Brasil inteiro por seus doces, seus bolos, sua geléias, suas compotas, suas frutas cristalizadas. Nas velhas casas senhoriais, o forasteiro encontrava-se com sobremesas deliciosas, cujas receitas eram transmitidas em segredo de geração a geração. Mas também

nas confeitarias vendia-se muito doce bom, feito por mãos de preta velha, nas famosas confeitarias da Floriano e Quinze, como a Dalila, de saudosa memória. (MAGALHÃES, 2002, p. 52).

Ao atrelar-se a atividade turística ao setor de eventos, como se dá no caso da Fenadoce, deve-se ter em mente que ambos podem trazer muitos benefícios para a localidade em que são desenvolvidos. Embora seja incontestável o fato de que estas atividades muitas vezes intensificam os impactos negativos, não se deve deixar de destacar a ocorrência também de impactos positivos. Assim, os eventos turísticos, se desenvolvidos de forma planejada e adequada às características específicas de cada localidade, poderão minimizar seus impactos negativos e potencializar os positivos, tanto no âmbito econômico quanto no ambiental, social, cultural ou político.

De acordo com Barbosa (2013):

Planejamento turístico é o ato ou ação de prever, estabelecendo objetivos, metas, diretrizes e metodologia para desenvolver o turismo em uma determinada localidade. O planejamento deve ser continuamente revisado e aperfeiçoado, buscando soluções eficientes e eficazes para os problemas e, em alguns casos, buscando evitá-los. Em turismo, o planejamento é dito integral e integrado, pois reúne várias providências distintas para a sua realização exitosa. Isto significa que a gestão do turismo não deve ser feita através de projetos isolados e sim através de um plano e seus programas que vão integrar as várias ações e tarefas necessárias ao bom andamento da atividade turística. (BARBOSA, 2013, p. 47).

O planejamento turístico possui variados direcionamentos, podendo ter uma visão mais econômica ou mais socioambiental, no entanto, “[...] o ideal é que todos esses aspectos sejam considerados” no planejamento (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2012, p. 135).

Com base no que foi expresso, o presente trabalho norteia-se pela seguinte pergunta de pesquisa: quais práticas ambientais são contempladas no planejamento da Fenadoce? Seguindo este questionamento, tem-se por objetivo geral analisar a consideração da dimensão ambiental no planejamento da Fenadoce, no ano de 2014, visto que a Feira, já consolidada e em sua 22ª edição, é o evento de maior relevância turística para o município de Pelotas, promovendo seu nome e cultura doceira para o resto do país e exterior. Associados ao objetivo geral podem-se citar os seguintes objetivos específicos: 1) verificar ações de Educação Ambiental previstas no planejamento do evento para visitantes e colaboradores; e 2) identificar as condições de manejo dos resíduos sólidos.

Para que a atividade turística se aproprie do meio ambiente de forma adequada, o planejamento da atividade é fundamental, além disso, para que a atividade perdure é imprescindível a proteção ao meio ambiente e a integração da comunidade juntamente com o poder público e a iniciativa privada. Somente através do planejamento responsável da Fenadoce é que se terá uma melhoria na relação entre a atividade empresarial, o meio ambiente e o turismo no que tange à otimização de recursos, ao combate ao desperdício e à busca de uma melhor qualidade ambiental no contexto da Feira, tanto para organizadores quanto para patrocinadores, expositores, visitantes e comunidade local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação ambiental e turismo

A Educação Ambiental vem sendo desenvolvida no País com o intuito de promover a sensibilização da população em relação ao meio em que vivem, para que desta maneira a população possa obter uma melhor qualidade de vida, sem desconsiderar o meio ambiente. Tem-se como objetivo principal a busca pela demonstração de uma nova visão na forma como desfrutar dos recursos que são cedidos pela natureza, fazendo com que as pessoas compreendam a importância de sua preservação e sintam-se inseridas no contexto global, buscando um equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.

Como desdobramento da Conferência de Estocolmo, para o meio ambiente, em outubro de 1977, “[...] acontecia a Conferência de Tbilisi, o primeiro grande evento internacional acerca da educação ambiental.” (TOZONI-REIS, 2002 *apud* TANNOUS & GARCIA, 2008, p. 187).

Em tal conferência foi definido pela primeira vez o conceito de Educação Ambiental:

*Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências, e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – a resolver os problemas ambientais. (UNESCO, 1987 *apud* Caballero et al., 2012, p. 263).*

No Brasil foram promulgadas leis de extrema importância para o meio ambiente como, por exemplo, a Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, suas finalidades e mecanismos de formulação e execução (BRASIL, 1981).

Conforme o artigo 2º da Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]. (BRASIL, 1981).

Somente dezoito anos após a criação da Lei nº 6.938/81 é que foi promulgada a Lei nº 9.795, de 1999, visando o fortalecimento e o avanço das práticas educativas, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999).

Conforme os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental é uma exigência cada vez mais notória para o cidadão moderno, visto que sua tomada de consciência é um fator decisivo para a preservação do planeta para as próximas gerações. Esta educação não evolui de maneira solitária, é preciso a integração de todos, poder público, iniciativa privada, terceiro setor, comunidade local, para que a educação ambiental seja de fato efetivada e a relação natureza e sociedade seja estabelecida cada vez mais de forma duradoura e sustentável.

Segundo Caballero *et al.* (2012):

[...] a Educação Ambiental não se trata de uma ação isolada, e sim um processo contínuo, buscando gerar uma percepção diferenciada e problematizada da temática ambiental [...] que promova a sensibilização da comunidade, e conduza a um desenvolvimento sustentável do uso dos recursos naturais sem que comprometa as presentes e futuras gerações. (CABALLERO et al. 2012, p. 262).

Ao tratar-se da Educação Ambiental voltada à atividade turística, pode-se ressaltar que a mesma é de extrema importância no campo do turismo, visto que a atividade apropria-se do meio ambiente e de suas paisagens como forma de atrair turistas em potencial. Assim “a paisagem pode ser

considerada uma das grandes responsáveis pela prática de turismo, pois o homem sempre teve vontade de conhecer novos lugares, ou seja, novas paisagens.” (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012, p. 112).

Justamente por esta motivação evidente em busca de novas paisagens, é que os profissionais do turismo devem atentar-se à preservação das áreas (naturais ou construídas) e seus recursos, buscando enfatizar para os turistas, o quão frágil é esta relação. O turismo, além de ser uma atividade crescente em todo o mundo, pode se de maneira bem planejada proteger espaços naturais importantes. Contudo, o turismo massivo e práticas turísticas inadequadas podem provocar grandes desequilíbrios ambientais. Sendo assim, se gerido de maneira correta, pode-se obter um aliado importante no que tange à atividade de turismo e à preservação ambiental. De acordo com esta perspectiva, busca-se salientar a relevância ambiental e social da Educação Ambiental para que a atividade turística possa ser planejada de forma sustentável.

2.2 Resíduos sólidos em eventos turísticos

Apesar da necessidade e urgência na resolução dos problemas advindos da geração de resíduos sólidos, foi somente em 1991 que foram criadas políticas públicas direcionadas ao tema. De acordo com Figueiredo (2013), inicialmente elaborada para ser apresentada na Conferência Rio-92, sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi somente firmada pela Presidência da República em 2010 (FIGUEIREDO, 2013).

De acordo com o artigo 4º da Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Ao associarem-se os resíduos sólidos com a atividade turística em seus eventos e/ou empreendimentos, pode-se compreender a elevada importância de uma gestão ambiental planejada, conforme explicada por Néry (2008):

Um evento (festa gastronômica) possui características de um empreendimento turístico que consome água, energia e insumos, gerando resíduos sólidos, emissões gasosas e água residuária. Assim, é importante a identificação das diferentes formas de impactos ambientais decorrentes de festas dessa natureza, no sentido de melhor contemplar a variável ambiental no planejamento das mesmas. (NÉRY, 2008, p. 5).

Atualmente o Brasil tem se preparado para receber um intenso e constante fluxo de turistas, em razão da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 aqui no País. Além das constantes reformas em estádios, aeroportos, ruas e empreendimentos ligados aos serviços turísticos como hospedagem, transporte, e alimentos e bebidas, não se pode deixar de considerar que os mesmos necessitam estar habilitados a “ofertar serviços com qualidade do ponto de vista sanitário, não comprometendo a saúde das populações locais e dos próprios turistas, evitando a proliferação de vetores e maus odores nas dependências e arredores das edificações.” (DE CONTO *et al.*, 2013, p. 337).

Ao relacionar o planejamento com eventos turísticos, pode-se concluir que “para que um evento assuma sua responsabilidade ambiental, é preciso que o mesmo contabilize a variável ambiental em todas as fases de seu planejamento.” (DE CONTO, 2004 *apud* PEREIRA, 2007, p. 13). Além disso, De Conto (2004 *apud* PEREIRA, 2007, p. 13) ressalta que os eventos “[...] somente são considerados bem planejados à medida que contabilizarem os custos ambientais”.

Através de um planejamento estratégico, elaborado com objetivos bem definidos, e com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os impactos destes eventos seriam

significativamente limitados. Porém, o desempenho de tais políticas deve garantir condições favoráveis para que o compromisso dos atores responsáveis por isso (os chamados prestadores de serviço) seja estimulado.

No Brasil existe uma grande desigualdade de comportamento nas organizações, no que tange às questões ambientais. Enquanto umas demonstram uma grande preocupação com essa questão, outras não consideram relevante ou significativo incluí-la em seu planejamento (DIAS, 2011).

Nestes casos além do estímulo a programas que demonstrem a importância da preocupação com o meio ambiente para os empresários, segundo Ruschmann (2006):

Em todos os níveis é preciso considerar os ensinamentos de outras experiências, bem ou mal-sucedidas, para direcionar o desenvolvimento de novos projetos. Deve-se estimular a inovação e valorizar as experiências bem-sucedidas, tornando-as conhecidas, a fim de incentivar iniciativas similares. (RUSCHMANN, 2006, p. 131).

Por fim, o êxito na consolidação de um empreendimento, qualquer que seja, está diretamente relacionado ao seu planejamento, baseado em políticas e normas estratégicas e como neste caso, o de proteção ao meio ambiente. Se estes aspectos forem devidamente levados em conta e se inter-relacionarem, com certeza, os impactos negativos sofrerão um gradativo decréscimo, o que é positivo para a garantia de um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

3. METODOLOGIA

Pode-se classificar tal pesquisa como descritiva, visto que buscou analisar a dimensão ambiental no planejamento da Fenadoce, no sentido de procurar descrever as condições de manejo dos resíduos sólidos e as ações de educação ambiental previstas no planejamento do evento para seus visitantes e colaboradores.

Um dos métodos de coleta de dados utilizados no estudo foi o questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas (foram 23 perguntas no total), entregue pessoalmente pela pesquisadora para o gerente do Centro de Eventos Fenadoce encaminhá-lo à comitativa organizadora da Feira Nacional do Doce.

Além disso, utilizou-se também, a técnica de observação participante, a qual foi realizada durante três dias distintos (9, 12 e 18 de Junho de 2014) na área total da Feira, a qual engloba os dois pavilhões existentes no Centro de Eventos e a área externa da Feira, onde encontra-se o parque de diversões. Foram observados os coletores para resíduos sólidos, os sanitários, os folhetos informativos disponíveis nos sanitários, a Praça de Alimentação e os demais locais de circulação dos indivíduos durante a Feira.

Na observação participante pôde-se relacionar aos resultados obtidos a partir da realização do questionário, o que é demonstrado nos seções que se seguem no presente estudo.

Os sujeitos que responderam a pesquisa foram escolhidos em razão de trabalharem no planejamento e execução da Feira, mesmo que estes não sejam necessariamente ligados às questões ambientais. Viu-se a necessidade de compreender se os mesmos estavam envolvidos com pelo menos algumas das questões que envolvem a dimensão ambiental no evento e se durante as reuniões o tema ambiental era tratado.

A escolha dos indivíduos que responderiam ao questionário foi efetuada por um dos gerentes responsáveis pelo planejamento da Feira e, pode-se citar que, estes sujeitos desempenham atividades diversas no contexto da Feira relacionadas ao marketing, à parte elétrica do Centro de Eventos, aos serviços gerais, à realização de eventos durante a Feira (*shows*, apresentações de teatro e dança, etc.), à segurança da Feira, à gerência da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, à gerência do Centro de Eventos Fenadoce, à recepção do Centro de Eventos, e à empresa terceirizada responsável pela limpeza da Feira.

Na primeira parte do questionário, foram elaboradas questões relacionadas aos resíduos sólidos, tais como: separação, distribuição de coletores, armazenamento, coleta seletiva, parcerias com associações de catadores de materiais recicláveis, entre outros. Já na segunda etapa foram estabelecidas questões referentes à Educação Ambiental, tais como: existência de projetos de educação

ambiental para visitantes e colaboradores, ações educativas que visem à economia de água e energia elétrica, entre outros.

O primeiro contato foi realizado pela pesquisadora com um integrante do Centro de Eventos Fenadoce, através de ligação telefônica no dia 29 de Maio de 2014. O segundo contato foi realizado para o envio de e-mail explicando o objetivo do estudo e o questionário. Após estes dois contatos, houve o deslocamento até o Centro de Eventos durante a execução da 22ª Edição da Feira, onde foi explicitado pessoalmente o objetivo da presente pesquisa e justificativa de sua realização no dia 6 de Junho de 2014.

O quarto contato ocorreu no dia 8 de Junho de 2014 para entrega do questionário e esclarecimento de dúvidas. Por fim, no dia 26 de Junho de 2014, foi realizado o último contato para devolução dos questionários já respondidos pelos dez sujeitos durante a Feira, e para agradecimento pela participação imprescindível de todos os envolvidos nesta pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa com o auxílio de fotografias e gráficos, estes referentes às porcentagens e ocorrências das indicações dos sujeitos ao questionário realizado. Os sujeitos participantes são responsáveis pelo desempenho de funções nas mais diversas áreas necessárias para a execução da 22ª edição da Feira Nacional do Doce em 2014. Os gráficos contêm informações relativas aos dois temas abordados na pesquisa realizada, contemplando: a) Resíduos Sólidos e b) Educação Ambiental.

4.1 Resíduos sólidos e o planejamento da Fenadoce

A Figura 1 refere-se à participação dos sujeitos pesquisados no planejamento de edições anteriores da Feira:

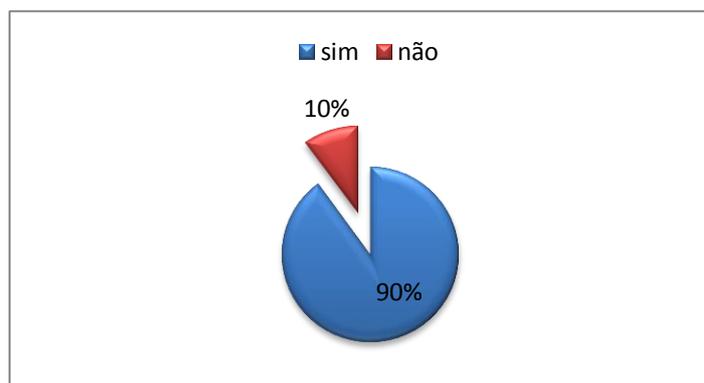


Figura 1- Participação dos sujeitos pesquisados no planejamento de edições anteriores da Feira.

De acordo com os dados, 90% dos respondentes já fizeram parte do planejamento de edições anteriores da Feira, demonstrando assim, que os mesmos já estão acostumados com o mecanismo de funcionalidade da mesma.



Figura 2 – Número de colaboradores que tratam das questões ambientais na Feira.

A Figura 2 indica o número de colaboradores que se dedica a tratar especificamente das questões ambientais no âmbito da Feira. De acordo com os dados, 40% dos respondentes afirmam que o processo é terceirizado, 30% não responderam, 20% acreditam serem somente duas pessoas responsáveis por esta área, e 10% relatam que somente uma pessoa é responsável por este aspecto. Assim, a partir das respostas dos sujeitos pode-se sugerir que a questão ambiental não foi frequentemente debatida em reuniões de planejamento do evento.

De acordo com isto, torna-se importante e necessário que a Feira preencha esta lacuna com seus colaboradores, atentando-os para esta temática que faz-se tão importante durante o evento, ou até mesmo para prevenir problemas ambientais posteriores que possam vir a acontecer.



Figura 3 – Previsão de local adequado para armazenamento de resíduos sólidos na Feira.

Conforme a Figura 3, a qual trata da previsão de local adequado para armazenamento de resíduos sólidos na Feira, é possível verificar que 90% dos sujeitos pesquisados responderam que foi previsto no planejamento da Feira local adequado para o armazenamento de resíduos.

O artigo 218 do Código Estadual do Meio Ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 2000 *apud* DE CONTO *et al.*, 2013, p. 326) ressalta a responsabilidade dos geradores com os resíduos produzidos: “[...] Compete ao gerador à responsabilidade pelos resíduos produzidos, compreendendo as etapas de acondicionamento, coleta, tratamento e destinação final”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, os gestores devem compreender que os eventos turísticos estão diretamente ligados à questão ambiental e que, portando, são capazes de causar impactos negativos no meio ambiente, conforme destacado anteriormente (seção 2.2) por Néry (2008):

Um evento (festa gastronômica) possui características de um empreendimento turístico que consome água, energia e insumos, gerando resíduos sólidos, emissões gasosas e água residuária. Assim, é importante a identificação das diferentes formas de impactos ambientais decorrentes de

festas dessa natureza, no sentido de melhor contemplar a variável ambiental no planejamento das mesmas. (NÉRY, 2008, p. 5).

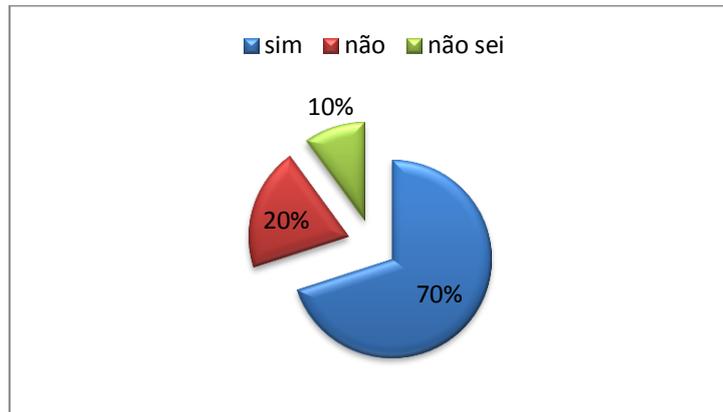


Figura 4 – Previsão no planejamento da Feira de programa interno de separação de resíduos sólidos.

Ao observa-se os dados apresentados na Figura 4, a qual contempla a previsão no planejamento da Feira de programa interno de separação de resíduos sólidos, verifica-se que 70% dos sujeitos afirmam que houve tal previsão. Nessa direção, como parte do programa interno de separação de resíduos, os resultados da observação participante realizada durante o evento, mostrou que a empresa pelotense *ServLimter* (Limpeza e Terceirização Ltda) disponibilizou, de fato, dezenas de coletores para resíduos sólidos na Feira, distribuídos por todo o espaço do Centro de Eventos Fenadoce, conforme pode-se observar na Figura 5, a seguir:



Figura 5 – Coletores de resíduos sólidos disponíveis na Feira.

No que se refere ao planejamento de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no âmbito da Feira, conforme dados da Figura 6, é possível verificar, a partir das respostas dos sujeitos pesquisados (70%), a existência de tal programa.



Figura 6 – Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no âmbito da Feira.

Segundo dados do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (Sanep), a coleta domiciliar abrange a totalidade do município, enquanto a coleta seletiva encontra-se em fase de ampliação atendendo, atualmente, 65% da demanda do municipal. A coleta seletiva tem como principal objetivo o recolhimento de materiais recicláveis e/ou passíveis de reaproveitamento, tais como: papel, plástico, vidro e metal, que após serem coletados, são encaminhados às Cooperativas de Catadores conveniadas ao Sanep. Atualmente tal coleta atende a demanda de 60% da zona urbana do município, coletando uma média de 138 toneladas de resíduos recicláveis/mês (SANEP, 2014).

Vale ressaltar que os resultados desta pesquisa, no que se referem ao planejamento de programa de coleta seletiva de resíduos sólidos, estão em conformidade com os do estudo de Pereira (2007), o qual revela que a Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul, também planejou, na edição de 2006, a coleta seletiva de seus resíduos.

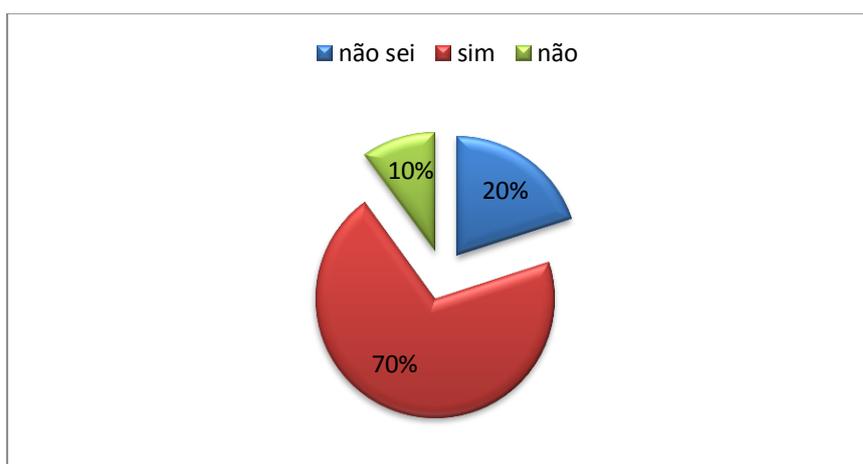


Figura 7 – Parcerias da Feira com alguma associação de catadores de materiais recicláveis de Pelotas.

Conforme observado na Figura 7, a qual relaciona-se a parcerias da Feira com alguma associação de catadores de materiais recicláveis de Pelotas, nota-se que a maioria dos respondentes (70%) afirmam existir tais parcerias, principalmente com a ADL Reciclagem.

Esta iniciativa de parceria da Feira com a associação citada é de extrema relevância, pois promove a inclusão social. Além disso, segundo Pereira (2007, p. 68): “[...] é importante que os diretores das comissões sensibilizem-se quanto à situação de marginalidade e exclusão social dos catadores”.

4.2 Educação ambiental na Fenadoce

Como explicitado anteriormente na seção 2.1, a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida no País com o intuito de promover a conscientização da população em relação ao meio em que vivem, para que desta maneira a população possa obter uma melhor qualidade de vida sem desconsiderar o meio ambiente.

Desta maneira, na presente seção, são apresentados os resultados que tratam da Educação Ambiental e suas possíveis ações voltadas tanto aos visitantes quanto aos colaboradores do evento.



Figura 8 – Existência de projeto de educação ambiental voltado aos visitantes da Feira.

Ao analisar-se os dados da Figura 8, é possível verificar que 60% dos sujeitos pesquisados destacam a inexistência de projeto de educação ambiental voltado aos visitantes da Fenadoce, enquanto 40% informam não saber. Diante de tais indicações, pode-se concluir que se foi planejado algum projeto de educação ambiental, o mesmo não foi bem discutido e/ou divulgado durante as reuniões com os colaboradores da Feira.

Já a Figura 9, que aborda a mesma temática da Figura 8, porém com foco nos colaboradores do evento, revela que 70% dos respondentes desconhecem a existência de projeto de educação ambiental voltado aos colaboradores, enquanto apenas 30% afirmam existir tal projeto.



Figura 9 – Existência de projeto de educação ambiental voltado aos colaboradores da Feira.

Diante disto, observa-se a necessidade de se desenvolver projetos de educação ambiental para todos os agentes envolvidos na Fenadoce, sejam estes visitantes, expositores ou colaboradores, pois, aplicando primeiramente uma política que promova a importância da educação ambiental consequentemente tornará mais fácil a implementação futura de políticas que visem à utilização sustentável dos recursos no contexto da Feira. Unindo forças com as comissões organizadoras do evento e convencendo-os de que estas práticas não representam diminuição no lucro para seus negócios e sim tornam estes um atrativo diferencial positivo, podendo consequentemente oportunizar uma lucratividade ainda maior.

As Figuras 10 e 11 contemplam a realização de ações educativas visando à economia de água e/ou energia elétrica na Feira para os visitantes e colaboradores, respectivamente. Conforme dados das Figuras, 70% dos respondentes afirmam não existir ações de educação ambiental voltadas aos visitantes e 50% ressaltaram não existir tais ações direcionadas aos colaboradores. A informação “não sei” aparece com 30% das indicações dos sujeitos tanto no que tange aos colaboradores quanto aos visitantes.

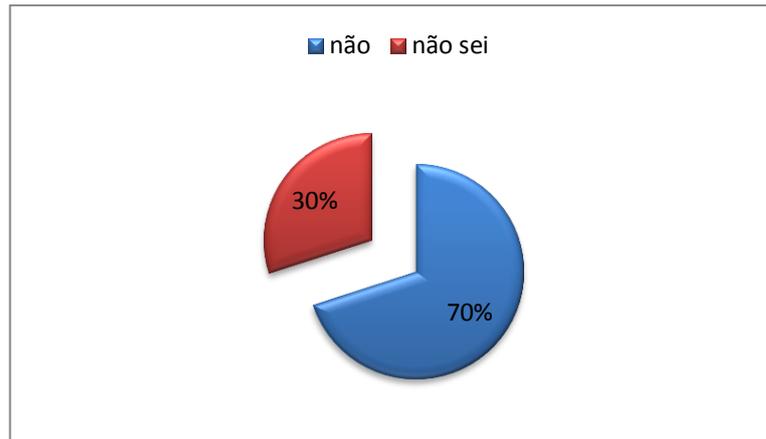


Figura 10 – Realização de ações de educação ambiental visando à economia de água e energia elétrica na Feira para os visitantes.

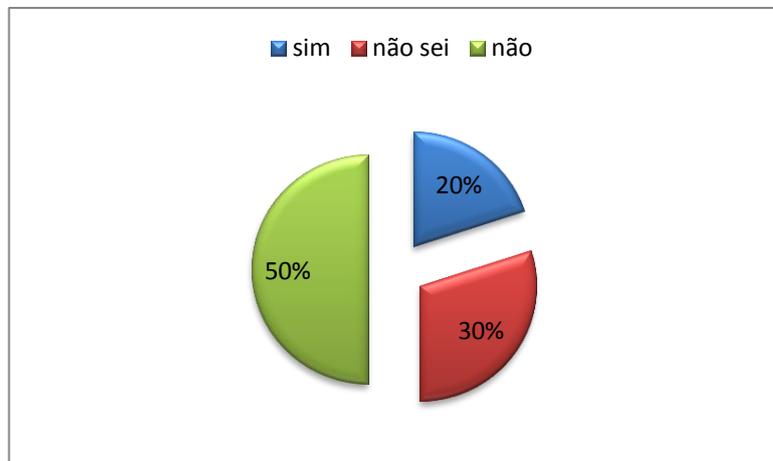


Figura 11 – Realização de ações de educação ambiental visando à economia de água e energia elétrica na Feira para os colaboradores.

Embora a grande maioria dos sujeitos pesquisados tenha afirmado que não são realizadas ações de educação ambiental voltadas aos visitantes e colaboradores (70% e 50%, respectivamente), durante a observação participante, foi possível constatar ao menos dois exemplos de ações educativas, mesmo que estas sejam desenvolvidas de forma isolada. A primeira refere-se à maneira correta com que os indivíduos devem lavar suas mãos, exposto na pia principal do espaço da “Cidade do Doce”, conforme demonstra as Figuras 12 e 13:



Figura 12: Pia principal da “Cidade do Doce”.



Figura 13: Cartaz de demonstração de lavagem correta das mãos.

A segunda ação educativa que pôde ser notada, a partir da observação participante, foi nos sanitários, um simples cartaz, que muitas vezes pode fazer muita diferença, conforme ilustra a Figura 14:



Figura 14: Ação educativa exposta nos sanitários da Feira.

Pode-se observar que, mesmo sendo ações isoladas e realizadas de maneira pontual, medidas como esta, demonstrada na Figura 14, podem fazer diferença no que tange ao aspecto da educação ambiental na Feira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da pesquisa foi possível perceber que ações relacionadas aos resíduos sólidos, tais como: separação, armazenamento adequado, coleta seletiva e parcerias com associações de catadores de materiais recicláveis do município, ocorrem e são mais bem explicitadas à grande parte dos envolvidos que cuidam do planejamento em suas mais diversas áreas no evento. Porém, no que se refere à educação ambiental, verificou-se a existência de pequenas ações de forma isolada, e que não podem ser consideradas expressivas, demonstrando que a Feira ainda carece deste tipo de sensibilização.

Os resultados obtidos permitem concluir que, no que concerne a temática dos resíduos, sua separação, armazenamento e coleta, as respostas dos sujeitos participantes foram positivas e semelhantes em sua generalidade, podendo concluir que a maior parte dos sujeitos pesquisados está ciente de tais informações.

No que tange à educação ambiental, observou-se que há a necessidade por parte da organização da Feira de repensar a possibilidade de praticar ações educativas que envolvam a dimensão ambiental como fator de desenvolvimento, no sentido de otimizá-la, pois a grande maioria dos respondentes declarou a inexistência de projetos de educação ambiental e/ou ações educativas no evento.

Em consequência dos resultados obtidos, o que torna-se importante elucidar nesta pesquisa é que, para que a Feira siga de forma ambientalmente consciente, faz-se necessária a consideração da dimensão ambiental em todas as etapas do planejamento deste evento. Associado a isto, uma medida de sensibilização ambiental para todos os envolvidos sejam estes visitantes, colaboradores ou expositores fará uma grande diferença. Esta sensibilização, caracteriza-se essencialmente em formas de alertar os indivíduos para as questões ambientais através de palestras, exposições fotográficas, atividades lúdicas e/ou artísticas, oficinas com materiais recicláveis, entre diversas outras formas. Somente através de comportamentos ambientalmente responsáveis e da tomada de consciência de cada indivíduo é que a sustentabilidade do ambiente pode ser garantida para as futuras gerações.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. L. **Caderno Didático: Gestão Pública e Institucional do Turismo**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Lei nº 12.305** de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Lei nº 9795** de 27 de abril de 1999. Lei de Educação Ambiental - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Lei nº 6938** de 02 de setembro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

CABALLERO, C. B.; AVANCINI, A. R.; SOUZA, J. S.; CORRÊA, L. B. A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos. In: CORRÊA, E. K.; CORRÊA, L. B. (orgs). **Gestão de resíduos sólidos**. Pelotas: UFPEL, 2012. p. 262-279.

DE CONTO, S. M.; CORRÊA, L. B; ZARO, M. Empreendimentos turísticos e a geração de resíduos sólidos: a importância do planejamento de abrigos de armazenamento no projeto arquitetônico de meios de hospedagem. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p. 324-340, 2013.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FEIRA NACIONAL DO DOCE (FENADOCE). **A origem**. Disponível em: <<https://www.fenadoce.com.br/texto/menu--a-feira>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

FIGUEIREDO, F. F. Gestão dos resíduos sólidos no Brasil e seus rebatimentos em Natal, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.12, n.2, p. 145-152, 2013.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.

MAGALHÃES, M. O. **História e Tradições da Cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

NÉRY, C. H. C. **A geração de resíduos sólidos no festival gastronômico de Carlos Barbosa**. Caxias do Sul, 173 p., 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul.

PEREIRA, G. S. **A Variável ambiental no planejamento de eventos turísticos: estudo de caso da Festa Nacional da Uva – RS**. Caxias do Sul, 127 p., 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS (SANEP). **Coleta Seletiva**. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/lixo/coleta/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

TANNOUS, S.; GARCIA, A. Histórico e evolução da Educação Ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. **Nucleus**, Ituverava, v.5, n.2, p. 183-196, 2008.